

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 16.928.483/0001-29, com sede administrativa na Praça Olímpio Campos, 128 - Centro - São João da Ponte - MG, CEP: 39.430 -00, neste ato representado pelo Prefeito o Sr. **Danilo Wagner Veloso**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Honorato Campos, 133 - Centro em São João da Ponte - MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 776.042.026-91, portador da cédula de identidade nº MG 11998234 SSP-MG e o Sr. **Hudson Aparecido Almeida**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 839.519.706-34 residente e domiciliado à Rua Gerônimo Aguiar, nº 210 B, Bairro das Pedras, São João da Ponte - MG, bem como **A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA Á SAÚDE DE SÃO JOÃO DA PONTE**, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 21.376.025/0001-64, com sede administrativa na Rua Rufino Cardoso, 382 - Bairro Vale do Sol, São João da Ponte - MG, CEP: 39.430 -000, neste ato representado pelo Sr. **Fausto Antônio Ferreira**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francelino Queiroz, Nº 851, Bairro da Pedras, São João da Ponte, MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.351.656-03, portador da cédula de identidade nº M - 8 911.560 - SSP-MG, de ora em diante denominado simplesmente “**Contratante**” e de outro lado a empresa **LOPES CONTÁBIL EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.889.202/0001-31, situada na Rua João Ferreira, nº 37, APT 01, Bairro Centro, São João da Ponte - MG, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Hamilton Lopes da Silva**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 013.555.336-94 e portador da Cédula de Identidade nº RG: MG - 12.398.701 SSP-MG, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Administrativo Nº 005/2021, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021, do tipo menor preço unitário, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e demais legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. Do Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de assessoria com responsabilidade técnica em contabilidade para a Prefeitura Municipal de São João da Ponte e FUMASA, em caráter emergencial através de Dispensa de Licitação com fulcro no art. 24, incisos II e

IV da Lei Federal 8666/93, concomitante com os arts. 4º, 4º-B e 4º- C da Lei Federal nº 13.979/2020, Lei Federal nº 14.065/2020 e art. 4º do Decreto Municipal nº 07/2020, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e FUMASA.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO SERVIÇOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	01	MES	SERVIÇO EM ASSESSORIA COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COM RESPONSABILIZAÇÃO PELA CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUMASA, ELABORANDO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL E ENVIANDO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, ENCAMINHAR OS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO MENSAL DO SICOM, ENCAMINHAMENTO DOS MÓDULOS BALANCETES MENSAIS, SICOM FOLHA DE PAGAMENTO, ELABORARÃO DO PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA, LEI ORÇAMENTÁRIA COM ENVIO DESTES INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO AO TCEMG, ELABORAÇÃO DO SICONFI, SIOPS, SIOPE, EMISSÃO DE PARECERES CONTÁBEIS QUANDO SOLICITADO, ORIENTAÇÕES NA ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ORIENTAÇÃO NA APLICAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS NO MUNICÍPIO RELATIVO A TODAS AS SECRETARIAS, ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DOS ÍNDICES NO TOCANTE A SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB E DESPESA COM PESSOAL, ENCAMINHAR AS DECLARAÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA PARA A RECEITA FEDERAL DO BRASIL (DCTF), REALIZAR TREINAMENTO DE SERVIDORES NA ÁREA CONTÁBIL, ORIENTAR OS SERVIDORES NA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ATENDENDO A LEI 4320/1964 E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ORIENTAR E ACOMPANHAR OS SETORES DE TESOURARIA, TRIBUTOS, DEP DE PESSOAL, CONTROLE DE FROTAS, SETOR DE COMPRAS, SETOR DE ALMOXARIFADO, SETOR DE CONTROLE DE PATRIMÔNIO, POR PROFISSIONAL DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DIARIAMENTE, 05(CINCO) DIAS POR SEMANA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS E ORIENTAR OS DEMAIS SERVIDORES NOS TERMOS DA NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.	R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)	R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

VALOR DE CONTRATAÇÃO ESTIMADO DE R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

ASSESSORIA CONTÁBIL:

2.1. Prestação de Serviço em Assessoria Contábil, sendo: Responsabilização pela Contabilidade da Prefeitura Municipal e FUMASA, elaborando Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, encaminhamento dos relatórios de Acompanhamento Mensal do SICOM, encaminhamento dos módulos balancetes mensais, SICOM folha de pagamento, acompanhamento na elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei Orçamentária e envio destes Instrumentos de Planejamento para o TCEMG, elaboração do SICONFI, SIOPS, SIOPE, orientações na elaboração de Plano de Ações das Secretarias Municipais, orientação na aplicação de recursos vinculados no Município relativo a todas as Secretarias, acompanhar a aplicação dos índices no tocante a Saúde, Educação, FUNDEB e Despesa com pessoal, encaminhar as declarações de responsabilidade da Prefeitura para a Receita Federal do Brasil sendo DCTF, realizar treinamento de servidores na área contábil, orientar os servidores na execução orçamentária atendendo a Lei 4.320/1964 e a 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), orientar e acompanhar os Setores de Tesouraria, Tributos, Dep. De Pessoal, Controle de Frotas, Setor de Compras, Setor de almoxarifado, Setor de Controle de Patrimônio, disponibilizar sempre que necessário um profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade para executar/orientar os serviços nos termos da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Por um profissional devidamente registrado no conselho regional de contabilidade diariamente, 05(cinco) dias na semana para executar os serviços e orientar os demais servidores nos termos da nova contabilidade aplicada.

2.2 Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão em sua plenitude ser de boa qualidade, respeitando as especificações supracitadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 Os serviços deverão ser prestados junto a Prefeitura de São João da Ponte - MG, situada à Praça Olímpio Campos, 128, Centro, São João da Ponte – MG, e Fundação Municipal de Assistência a Saúde – FUMASA, localizada na Rua Rufino Cardoso, 382 – Bairro Vale do Sol, São João da Ponte – MG, em dia de expediente, no horário de 08h às 17h:00m.

3.1.1 – O início dos trabalhos deverá se dar em vinte e quatro (24) horas, após o aceite ou assinatura do contrato, e observada o recebimento da Ordem de Serviço.

3.2. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento,

descarregamento, em cargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente da prestação de serviço deste Procedimento Administrativo, correrão por conta exclusivos do contratado;

3.3. A empresa contratada deverá prestar os serviços imediatamente após a assinatura do Contrato Administrativo, no local informado, conforme a solicitação das instituições mediante Ordem de Fornecimento;

3.4 Ficam reservados a Prefeitura e Fundação Municipal de Assistência a Saúde em qualquer fase do procedimento, o direito de realizar serviços que comprovem a qualidade da prestação dos serviços ofertados. Para tanto, os serviços serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os contratados de que os mesmos considerados insatisfatórias em qualquer das análises será automaticamente recusado;

3.5 Se algum dos serviços apresentarem irregularidade, as instituições enviará ao fiscal responsável pelo contrato, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que os serviços se identificam ou não com aquele exigido neste procedimento, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da empresa a ser contratada. A Prefeitura e Fundação o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade dos serviços fornecidos diferentes daquelas especificadas por ocasião da assinatura do contrato, cujas características contrariem as definidas neste Contrato Administrativo, serviços estes alterados e/ ou adulterados. O recebimento será efetivado nos seguintes termos:

- **PROVISORIAMENTE**, por intermédio do responsável pelo recebimento dos serviços, para posterior comprovação da conformidade e quantidade do objeto com as especificações constantes no Contrato Administrativo, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes;

- **DEFINITIVAMENTE**, pela comissão designada para esse fim, após comprovação da qualidade e quantidade do objeto e conseqüentemente aceitação, impreterivelmente no prazo de até 15 (quinze) dias úteis cotados da data da entrega;

- **REJEITADO**, quando em desacordo com o estabelecido no neste termo de referência, Anexos, Proposta e futura Nota de Empenho;

3.6 A empresa obriga a fornecer o objeto a que se refere esse Termo de Referência, de acordo estritamente com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado que não esteja em conformidade com as referidas especificações;

3.7. A empresa deverá obedecer aos prazos determinados para a entrega dos serviços. No caso do não cumprimento dos prazos determinados será aplicado multa por atraso, independentemente de notificação, neste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. Dos preços

4.1.1. Os contratantes pagarão ao contratado, à importância total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correspondente a execução dos serviços, objeto em conformidade com o descrito na cláusula primeira.

4.1.2. Ficará a cargo da Prefeitura Municipal de São João da Ponte – MG, o pagamento de 2/3 do valor total do contrato, qual seja: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

4.1.3. Ficará a cargo da Fundação Municipal de Assistência à Saúde - FUMASA de São João da Ponte – MG, o pagamento de 1/3 do valor total do contrato, qual seja: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

4.1.4. Os preços referidos na proposta de preços incluem todos os custos e benefícios decorrentes da aquisição do objeto, de modo a constituírem a unitotal contraprestação pela execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA DO OBJETO.

5.1 O acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto, com atendimento de todas as condições deste Termo de Referência, ficarão a cargo do Secretário Municipal Administração e Recursos Humanos, **Sr. Hudson Aparecido Almeida**; o Chefe do Departamento de Compras, **Sr. Milton Tardiê Nunes Ferreira**; a Diretora do Hospital Municipal São Geraldo, **Sra. Byanca Ferreira Campos** e do Presidente da Fundação, **Sr. Fausto Antônio Ferreira**.

5.2. O CONTRATANTE, efetuará a fiscalização dos serviços a qualquer instante, solicitando ao CONTRATADO, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados, e comunicar ao CONTRATANTE quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

5.3. A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá o CONTRATADO da total responsabilidade de executar o objeto do presente contrato, com toda cautela e boa técnica.

5.4. A CONTRATADA em momento algum deverá atender a ordens verbais e também a execução de serviços que não sejam autorizados pela administração sob pena de aplicações contratuais.

CLAUSULA SEXTA - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

6.1. As despesas serão suportadas por dotações vigente do orçamento MUNICIPAL e da FUMASA, nas seguintes programações:

020404.122.0001.2004 MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILID
333903600000 Outros Serviços de Terceiros - 0100 3030-9
333903900000 Outros Serviços de Terceiros - 0100 3025-2
020204.122.0001.2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADM. DO RH,
333903600000 Outros Serviços de Terceiros, REDUZIDO 3000-7 FONTE: 100.
333903900000 Outros Serviços de Terceiros, REDUZIDO 2997-1 FONTE: 100.
030110.122.0011.6002 MANUT. DAS ATIV. FINANCEIRAS CONT
333903600000 Outros Serviços de Terceiros, REDUZIDO 3646-3 FONTE: 102.
333903900000 Outros Serviços de Terceiros, REDUZIDO 3647-1 FONTE: 100.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

7.1 A vigência do contrato será de 01 (um) mês.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento das despesas decorrente de fornecimento do objeto descrito no quadro acima, será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura, através DOC OU TED em nome da futura contratada, até o 10º dia do mês subsequentes, a contar da data da nota fiscal fatura, acompanhada da respectiva ordem de compra/fornecimento emitida pela Administração e acompanhada também da sua regularidade fiscal e trabalhista.

8.2 O valor deste Contrato é estimado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

8.3 Havendo falha na emissão do documento fiscal, este será devolvido à contratada para fins de correção, correndo o prazo de pagamento a partir da entrega da nova nota fiscal ou equivalente.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9. Não obstante a CONTRATADA a ser única responsável pela execução do serviço, as CONTRATANTES se reservam no direito de, sem qualquer forma de restrição da plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

9.1 Providenciar os pagamentos em conformidade com as avenças contratuais,

mediante notas fiscais devidamente empenhadas e atestadas pela Secretária Municipal de Administração e Recursos.

9.2 Notificar, formalmente à futura Contratada quaisquer irregularidades dos serviços solicitados, em conformidade com as cláusulas contratuais.

9.3 Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços solicitados objeto do contrato, através do setor responsável pela fiscalização.

9.4 Notificar, formalmente à futura Contratada quando constatado qualquer irregularidade no cumprimento do prazo de execução de serviços conforme avençado no contrato administrativo.

9.5 Providenciar o devido pagamento dos serviços, conforme avençado no futuro contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade total da prestação de serviço contratado, de modo que o mesmo seja realizado com esmero e perfeição, obedecida as normas e rotinas da CONTRATANTES, em especial ao que diz a respeito à segurança, a confiabilidade e à integridade, sendo todo o serviço acompanhado pelo responsável técnico da empresa contratada.

10.1. Cumprir execução dos serviços por conta e risco do contratado pelo prazo de um mês referente à execução dos serviços referente ao mês de **fevereiro de 2021**, mediante ordem de compra onde o descumprimento desta obrigação, ou seja, o atraso na realização da entrega do objeto ensejará à Contratada em sanções administrativas conforme estabelece o art. 86 da Lei 8.666/93.

10.2 Reparar os danos causados ao Contratante ou a Terceiros em decorrência da entrega do objeto, isentando o Município de qualquer fato superveniente, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 12 (doze) horas após a sua ocorrência.

10.3 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação,

10.4 Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão em sua plenitude ser de boa qualidade, respeitando as especificações supracitadas.

10.5 Os serviços só poderão ser iniciados após o recebimento das orientações necessárias para a execução dos serviços a serem repassados pelas Instituições.

10.6 É de responsabilidade da contratada as despesas com traslado, alimentação, hospedagem e honorários.

10.7 Prestar suporte técnico via acesso remoto e de forma presencial durante toda a execução do contrato.

10.8. Cumprir o disposto no instrumento contratual, e em estrita observância aos ditames da Lei Federal de Licitações nº: 8.666/93;

10.9 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados, sem anuência expressa do **Contratante**;

10.10 Reparar os danos causados ao Contratante ou a Terceiros em decorrência da entrega do objeto, isentando o Município de qualquer fato superveniente.

10.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.12. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo de referência;

10.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.15. Avocar para si, todas as responsabilidades de eventuais danos causados ao Contratante e ou a Terceiros, decorrente da entrega do objeto in loco.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - SANÇÕES

11. A contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a celebrar o contrato, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sujeitar-se às penalidades descritas no contrato administrativo, em conformidade com o que prescreve a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente Contrato Administrativo é o Foro da Comarca de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais.

12.1. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada o presente Contrato Administrativo que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13. Consideram-se partes integrantes deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, no Contrato Administrativo da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021, o termo de referência com seus Anexos;

13.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública firmar as contratações que deles poderão advir.

São João da Ponte - MG, 09 de fevereiro de 2021.

Danilo Wagner Veloso
Prefeito Municipal

Hudson Aparecido Almeida
Secretário de Administração e Recursos Humanos

Fausto Antônio Ferreira
Presidente da FUMASA

Representante legal: HAMILTON LOPES DA SILVA
CPF: 013.555.336-94
Razão Social: LOPES CONTÁBIL EIRELI
CNPJ: 23.889.202/0001-31

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____